

A EDUCAÇÃO COMO ESFERA DE AÇÃO ILUSIONISTA EM CLIMA DE CAMPANHA E CONSPIRAÇÃO

(EDUCATION AS A SETTING FOR ILLUSIONARY ACTION IN A CLIMATE OF CAMPAIGN AND CONSPIRATION)

MARIA JURACI MAIA CAVALCANTE¹

RESUMO

O presente artigo esboça uma análise que relaciona campanhas de alfabetização, conspiração política e projetos de modernização relativos à história recente do Brasil, com o intuito, por um lado, de reunir evidências para um entendimento sociológico da educação popular como esfera de ação emergencial de governos "ilusionistas"; e, por outro, sugerir a combinação de fontes jornalísticas e especializadas como estratégia metodológica adequada aos estudos históricos.

Palavras-chave: Campanha, Conspiração política, Modernidade, Educação

ABSTRACT

This paper outlines an analysis which relates educational campaigns, political conspiracy and modernization projects concerning Brazilian recent History. It aims at, on the one hand, gathering evidence for a sociological understanding of popular education as an issue of emergency action by "illusionist" governments, and, on the other hand, suggesting a mix of journalistic and specialized sources as a strategy appropriate to historical studies.

KEY-WORDS: Campaign, Political Conspiracy, Modernization, Education

CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA À LUZ DA ATMOSFERA SOCIAL QUE ANTECEDEU E PERMITIU O GOLPE MILITAR DE 1964 COM BASE EM NOTÍCIAS DE UM JORNAL CEARENSE

A análise que procuro desenvolver conta com a vantagem e a desvantagem da vivência e do conhecimento acumulado sobre um passado não muito distante. Afinal, todos nós no Brasil fomos afetados, de modo mais ou menos intenso e diverso pela ditadura militar instalada no País em março de 1964, seja no âmbito da vida privada, em especial, familiar e escolar; seja naquele outro que envolve a vida pública. Essa "intimidade" testemunhal com o período histórico assinalado pode, contudo, nos levar a banalizar o vivido e olhá-lo como fato sobre o qual já sabemos, senão tudo, pelo menos, o principal.

Há apenas uma maneira de evitar que isto aconteça: colocando a nossa vivência biográfica a serviço do esclarecimento histórico, fazendo a viagem de retorno e submetendo a nossa atitude retrospectiva – as conclusões e certezas que, por acaso tenhamos, dessa feita, como observadores egressos do futuro – ao espírito que dava a dinâmica daquela época e animava os seus atores, o que significa buscar uma compreensão não linear de temporalidade, ou seja, entendê-la como uma unidade dinâmica em que passado, presente e futuro estejam, ao mesmo tempo, fundidos e dissociados. A noção de fusão nos ajuda a encadear idéias e ações, quando procuramos anali-

¹ Professora Titular do Departamento de Estudos Especializados da Faced – UFC. Mestre e Doutora em Sociologia, Pesquisadora da área de História da Educação.

sar determinadas experiências sociais que foram politicamente arquitetadas, concebidas como “projeto” ou hegemônicas e, assim, indicam continuidade; a outra, de dissociação, nos ensina a perceber as circunstâncias em que as derrotas prospectivas e as rupturas ocorrem. É evidente que tal postura metodológica revela uma atitude de interpretação da história pouco afeita à crença evolucionária.

Feito este rápido preâmbulo, gostaria de começar por alinhar algumas perguntas sobre o período autoritário, que certamente não serei a primeira a fazer, com o intuito de provocar uma discussão sobre outros desdobramentos possíveis do período histórico aqui tratado: a) haveria naquele momento uma “solução” diferente, quando levado em consideração o complexo jogo de forças e interesses em conflito? Em outras palavras, o Golpe Militar poderia não ter existido ou obtido “vitória”? Em caso afirmativo, o que seríamos hoje como sociedade e nação? b) por que o Projeto nacional e populista foi derrotado? c) como se davam as articulações políticas entre as diversas regiões do País, em particular, entre Sudeste e Nordeste e que significado as mesmas assumiam na definição do chamado “Pacto Nacional-Populista” e da “conspiração golpista”? d) finalmente, a conspiração empresarial e militar norte-americana era percebida com clareza por segmentos derrotados naquele momento histórico?

Ouvindo depoimentos de pessoas que viveram com intensidade os idos de 60, pesquisando jornais da época ou lendo alguns estudos históricos já realizados, é possível perceber a rica atmosfera social que caracterizava o Brasil de três décadas passadas, em especial, no ano imediatamente anterior ao Golpe. As “reformas de base” chamavam a atenção de todos, entre elas, as campanhas de alfabetização em massa, por criarem uma expectativa de emancipação social da população trabalhadora dos campos e cidades, em clima de admirável liberdade, otimismo e entusiasmo, como, talvez, jamais se havia visto na história social desse país.

É esse clima social que busco, nesse instante, recriar através da leitura de notícias de jornal da época. Entendo que o jornal é uma fonte de consulta que propicia ao pesquisador um retorno ao passado, cheio de magia, justamente, porque o insere no cotidiano daquele tempo, com uma intimidade similar à do próprio contemporâneo, dando-lhe, assim, a sensação nítida de estar a viver os acontecimentos em clima de frescor da notícia, cedo da manhã, enquanto delicia-se com o café chegado quente à mesa. Dessa

sensação, pode o próprio leitor partilhar, acompanhando o trecho abaixo, colhido do jornal *O Povo*, de Fortaleza, editado no longínquo dia 4 de janeiro de 1963:

CINCO MIL FORTALEZENSES (ADULTOS E CRIANÇAS) APRENDEM O ALFABETO

Após marchas e contramarchas, os dirigentes e supervisores do Plano de Emergência do Ministério da Educação e Cultura em Fortaleza, à cuja frente se encontra o professor Evaristo Linhares, já estão pondo a funcionar mais de 500 centros de alfabetização e educação de base, espalhados pelos vários bairros e subúrbios. Algumas desistências de professores foi o que provocou a recontagem de várias escolas, que deverão somar, ao todo, 650 somente na capital, a partir de fevereiro. O plano, segundo o professor Evaristo, marcha como uma locomotiva, que vai desenvolvendo, aos poucos, a sua velocidade. Afirma o educador que, em escolarização efetiva já se encontram, no momento, cerca de cinco mil pessoas, entre crianças e adultos, e as matrículas atingem a quase 10 mil. Salientou que os melhores trabalhos estão sendo feitos nos bairros de Mucuripe e Varjota. Finalizou dizendo que a Imprensa Universitária, de acordo com a determinação do Reitor Martins Filho, imprimirá 30 mil cartilhas, em folhas volantes, que serão fornecidas aos alunos, de uma por uma.

Claro está que a cidade de Fortaleza não representava o centro mais dinâmico da política de educação popular da época em questão, quando a confrontamos com as experiências de Pernambuco, sob o governo Miguel Arraes, e do Rio Grande do Norte, com as famosas campanhas de Angicos – as quarenta horas – e de Natal – de Pé no Chão, as quais passaram a irradiar diretrizes de implementação de campanhas de alfabetização para o resto do País, centralizando as atenções políticas dos governos federal e estaduais, bem como, dos países e grupos empresariais associados envolvidos com essas campanhas.

Contudo, se trato de focar Fortaleza, é para mostrar o sucesso generalizado da idéia de alfabetização em massa e, também, evitar o enfoque restrito e viciado dos fatos com base nos relatos historiográficos elaborados no Centro-Sul do Brasil, bem

como, evidenciar o modo como esse momento nacional, que precede e esclarece a intervenção militar de 1964, foi percebido e vivido, no plano local. A leitura de outras notícias da época enriquecem a reconstituição do cenário político-social em 1963, nesta cidade, como a que foi manchete em *O POVO*, no dia 7 de janeiro de 1963:

UNIVERSIDADE DO CEARÁ VAI COLABORAR COM O PLANO DE EMERGÊNCIA: IMPRIMIRÁ CARTILHAS

A Secretaria de Educação vai receber da Universidade do Ceará ajuda na execução do Plano de Emergência do Ensino, pondo à disposição a Imprensa Universitária, que deverá confeccionar nada menos de 30 mil cartilhas de folhas volantes, além de 10 mil sugestivos cartazes alusivos à campanha que ora se desenvolve em prol da erradicação do analfabetismo.

Teatro nos Bairros: para difundir a educação de base nos bairros, onde o índice de instrução é assustadoramente baixo, a Universidade, colaborando com a Secretaria de Educação, encenará peças dentro do padrão estabelecido pelos órgãos educativos do Estado. Desses núcleos, como são chamados os bairros, partir-se-á para uma grande concentração, na Concha Acústica, com novo espetáculo de educação de base.

DONAS DE CASA DEVEM MANDAR

A Secretaria de Educação aproveita o ensejo para fazer um apelo às donas de casa, para que enviem suas empregadas à aula, colaborando desta forma na libertação educacional do povo. Disse o Dr. Waldir Bezerra, secretário de Educação, que espera, passadas as festas de fim de ano, que tudo se modifique tornando-se efetivo o comparecimento de adultos às aulas.

A Secretaria de Educação, em ação conjunta com a Universidade e as Donas de Casa do Ceará, em campanha pela “libertação educacional do povo” expressa um fato de grande importância no quadro do nacional-populismo da época: a expectativa otimista de diluição de todos os segmentos sociais em

prol de um suposto “projeto comum” de emancipação coletiva, curiosamente, patrocinado pelo Estado brasileiro “esquerdista”, com recursos financeiros da “Aliança para o Progresso”.

Em meio a ações como essas, está para assumir o governador eleito Virgílio Távora, que já diplomado, viaja entre o Rio de Janeiro e Washington para definir o seu plano de governo. Diz ser, publicamente, amigo pessoal de Jango, não temer Golpes de Estado, venham eles da direita ou da esquerda, ao mesmo tempo em que busca recursos financeiros da Aliança para o Progresso e do BID para financiar os seus projetos de governo, como se pode ler em *O POVO*, a 19 de fevereiro de 1963:

VIRGÍLIO TÁVORA EMBARCOU ONTEM PARA OS ESTADOS UNIDOS

Seguiu ontem, para os Estados Unidos, o governador diplomado Virgílio Távora. A informação adianta que o futuro chefe do executivo cearense levou para aquele país as conclusões dos estudos para elaboração do seu plano de desenvolvimento do Estado, que executará em seu governo e para o qual reivindicará a colaboração da “Aliança para o Progresso” e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que será feito através de financiamento.

Virgílio tem um encontro com o Presidente Kennedy e apresenta, entre outros projetos, o de “construção de 258 residências na majestosa ‘Cidade do Funcionário’, a ser construído pelo IPEC, informa o mesmo jornal, no dia 1º de março de 1963. No dia seguinte, o jornal anuncia a abertura solene do ano letivo com palestra do professor Flávio Suplicy de Lacerda, onde o conferencista alerta os estudantes da Universidade do Ceará contra o Comunismo.

Naquele março de 1963, um ano antes do Golpe, chove torrencialmente no Ceará, de modo a ocasionar a destruição de pontes e estradas pelo interior, a ilhar o Cariri, que fica dias isolado do resto do Estado, e a prejudicar a execução do “Plano de Emergência” de alfabetização da Secretaria de Educação no Ceará. Enquanto isso, noticiam os jornais locais com muito alarido os incidentes da “Guerra da Lagosta” que envolvem o Brasil e a França e trazem pronunciamentos do general De Gaulle sobre o problema diplomático criado pela pesca ilegal da lagos-

ta nas costas cearenses e nordestinas. Um outro destaque é dado ao problema do uso da maconha em Fortaleza, concentrado em dois focos: no bairro do Farol e no “Pequeno Inferno Verde” – Matas do cercado do João Maia no antigo Coqueirinho, hoje, Parquelândia e da presença de maconheiros a fumar, abertamente, nas praças, como é o caso do Passeio Público e do Mercado São Sebastião.

Noticia-se, também, o retorno de Jânio Quadros do exílio e suas avaliações bombásticas: *Só há um caminho para o país: Reformas ou Revolução Armada*. Jânio faz um discurso claramente favorável à estatização da economia, o qual é publicado em *O POVO* de 04.03.63, declarando que “capital estrangeiro é sugador da economia nacional”. Nos dias seguintes, Carlos Lacerda critica o Plano Trienal de Jango e afirma que *o país marcha para a ditadura, com caudilho e tudo mais*

Do Recife, D. Helder Câmara declara haver chegado “a grande hora” para o Cristianismo e afirma: “É uma vergonha falar-se do perigo de infiltração comunista, quando vergonha e escandaloso é não haver infiltração católica nesses movimentos de ação popular”, quando falava a um auditório de estudantes universitários na Faculdade de Odontologia de Pernambuco, conforme registra *O POVO*, a 07 de março de 1963.

No dia 11 de março de 1963, a cidade de Fortaleza amanhece sob a notícia de “Pânico e Miséria nos subúrbios alagados”. Dois dias depois, anuncia que “o Ministro da Fazenda de João Goulart, San Thiago Dantas, conseguiu total apoio do Presidente Kennedy à política econômica brasileira e entregou pessoalmente ao presidente americano uma carta de Jango sobre as relações entre os dois países.” Anuncia-se, também, conflito na rede privada de ensino, em Fortaleza, devido reivindicação salarial dos professores, que redundou em aumento das mensalidades, o que recebeu protesto dos pais dos alunos. Virgílio está a anunciar o seu secretariado em meio à constatação da Inspectoria Seccional do Ceará de que há um predomínio absoluto de escolas particulares no ensino médio local: dos 148 estabelecimentos, 114 são particulares.

Noticia-se, ainda, a 13.03.63, o início dos ensaios de duas peças no Teatro Universitário: “Rosário, Rifle e Punhal”, de Nertan Macêdo, “onde pela primeira vez é enfocado o famoso caso do Caldeirão e “Morro do Ouro”, de Eduardo Campos, ambas dirigidas por B. de Paiva. Na manhã seguinte, anuncia-se a “Greve na Indústria de Fortaleza”, onde estão

fechadas oito fábricas e milhares de trabalhadores ficam de braços cruzados reivindicando aumentos salariais, com o adendo: “Polícia estaria à disposição dos industriais”. Curiosamente, na mesma edição, a título de “piada” exhibe o jornal uma foto que mostra um jumento pastando, tranqüilamente, no gramado fronteiro ao Colégio Justiniano de Serpa, com o seguinte comentário: “Professores ensinam, alunos estudam e jumentos pastam.”

Esse breve mostruário do noticiário local, um ano antes do Golpe, quer apenas ilustrar o teor das questões políticas e educacionais que ocupavam a atenções cotidianas da época e, sobretudo, destacar que mesmo a febril atmosfera “populista” não era suficiente para ocultar duas evidências de suma importância: todos os “atores” do conflito, então latente, já estavam a encenar os seus papéis, a publicar os seus discursos, a revelar suas preocupações e intenções. Lado a lado, governo e conspiradores, estabelecem uma convivência promíscua, posto que freqüentam os mesmos espaços, transitam nas mesmas vias, encontram-se em jantares oficiais, debatem as mesmas questões, sentam-se às mesmas mesas de negociação.

Os “conspiradores” não estão escondidos nos escritórios e quartéis. Circulam com publicidade e civilidade pelo mundo da política, escutam os mesmos discursos, desfrutam de anseios e otimismo e relacionam-se, em pé de igualdade, com os terríveis “yankees”, em busca de financiamento para seus projetos. Afinal, os mesmos dólares que possibilitaram a execução de famosas Campanhas de Alfabetização – projeto fundamental do “Pacto populista chefiado por Jango – alimentaram a conspiração golpista. Uma fonte única de financiamento patrocinou hipóteses diversas de “reforma”, por baixo ou pelo alto.

Havia um clima de romântica e ingênua liberdade no cotidiano político do País. Todos sabiam algo sobre as diferenças ideológicas uns dos outros. Esse é um fato histórico, do qual nem os mais puros esquerdistas da época poderiam fugir: comunistas, cristãos, educadores populares, estudantes, parlamentares, governantes, intelectuais, militares, empresários, embaixadores, etc, estavam todos bastante atuantes na mesma peça, por demais envolvidos em seus diversos projetos para entender que aquela orquestração de vozes discordantes, fortaleciam os donos da metade do mundo, a poderosa nação ocidental que emergiu vitoriosa da 2ª Guerra Mundial.

O que mais interessava a ela era obter o controle geopolítico e estratégico da América Latina,

para evitar uma repetição da via cubana de ação, muito cedo detectada no movimento das Ligas Camponesas sob a liderança de Francisco Julião, e, dessa forma, barrar a expansão do comunismo soviético mundo afora, garantindo, ao mesmo tempo, a ampliação da produção e circulação de suas mercadorias, ganhos e poder.

O fato é que quando a execução das famosas Campanhas de Alfabetização começou a mostrar resultados práticos, através do engenhoso método de alfabetização de Paulo Freire, associadas que foram a outros movimentos de cunho trabalhista, nacionalista e reformista da sociedade brasileira e à ação considerada radical, de Miguel Arraes, em Pernambuco e Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul, o roteiro do 'teatro democrático' precisou ser alterado, o seu desfecho antecipado e o golpe militar foi instalado.

Sob a ótica internacionalista do chamado "entreguismo" – como a denominavam os nacionalistas de antanho – junto com os americanos, venceram os seus aliados, associados e simpatizantes locais. Sob a ótica nacionalista, perdeu o Brasil e, em particular, o festejado "povo" brasileiro: a nação composta por explorados trabalhadores dos campos e das cidades; os negros e caboclos, os índios da Amazônia, a massa de analfabetos – todos aqueles a quem o domínio da leitura e da escrita da língua oficial, a educação formal e profissional, o usufruto da riqueza e a participação cidadã foram, ao longo de séculos, sistematicamente negados. Afora esses, pareceram derrotados os defensores de um Brasil independente e auto-sustentado em suas próprias riquezas, como o petróleo e a floresta amazônica. Mostrara-se infundado o profundo otimismo alimentado pela festa populista-democrática e a utopia socialista-cristã, que pensava poder estancar o eterno jorrar de sangue das chamadas "veias abertas da América Latina" com base em campanhas iluministas de politização das massas incultas e exploradas. Talvez, tenha sido desse futuro que Getúlio Vargas, tomado de um nacionalismo ambíguo e indecifrável não quis participar, por ter antevisto a derrota certa do seu projeto nacional para o País?

NAÇÃO E MODERNIDADE BRASILEIRA: A EDUCAÇÃO COMO PROJETO ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO

Iniciamos por lembrar que a mesma dificuldade colocada para o entendimento da complexa cons-

tituição histórica da sociedade brasileira está refletida na concepção de "projetos" próprios de sociedade desde quando o Brasil se fez República de base rural e elitista. Talvez esteja exatamente no modo como se fez Colônia, Império e República que reside a fonte de muitos dos nossos problemas atuais e nos faça a todos muito confusos sobre o nosso rosto social.

Sabemos que indícios da dificuldade de construção de uma "Nação-Brasil" podem ser buscados em todos os movimentos integracionistas e separatistas, protestos e revoltas sociais já ocorridos ao longo dos cinco séculos que nos separam de nossos, entre modernos e medievos, conquistadores. No fundo, os diferentes protagonistas de tais movimentos, todos eles expressam – índios, escravos, quilombados, mineradores, inconfidentes, comerciantes, profissionais liberais, nativistas, boiadeiros, lavradores, cançaceiros, messiânicos, confederacionistas do Equador, abolicionistas, militares, republicanos, industrialistas, anarquistas, sindicalistas, comunistas, modernistas, nordestinistas, paulistinas, integristas, estadonovistas, cristãos-libertadores, camponeses coligados, esquerdistas,...- um inconformismo com a ação e o domínio "estrangeiro" ou a declaração da necessidade de criação de um espaço diferente e próprio de sociabilidade, que deságua, invariavelmente, na idéia de "comuna", de comunidade, de boa sociedade, politicamente organizada, nos planos territorial, lingüístico e cultural.

Essa diversidade de causas, atores e movimentos em torno da idéia de uma certa "brasilidade" resultou, como diria Hélio Jaguaribe, numa perspectiva de nação vaga e contraditória, que a leva para a direita ou para a esquerda, no correr da experiência republicana. É no quadro oscilante da idéia de construção da Nação que o anseio por modernidade e concretização do projeto de educação nacional ganha vulto e sentido, semiologia nos marcos da qual nos debatemos até hoje e que pode ser resumida no dualismo polêmico do "público" e do "privado". Não era diferente a discussão travada por ocasião do Golpe militar de 1964 e, depois, em função de seus desdobramentos, que findaram sustentados por uma longevidade de vinte anos e sucedidos por uma dolorosa e caótica experiência de reconstrução democrática que convive, dia a dia, com o avanço da chamada ideologia neoliberal na atualidade.

Exatamente por isso é que julgo não ser possível compreender, plenamente, o período autoritário que vai de 1964 a 1985, sem relacioná-lo ao projeto de modernidade e de educação de Vargas, quando se

tratava de fundar, simultaneamente, um Estado e uma Educação novos e renovados, onde a esfera do público – fosse por razões de cunho liberal ou fascista – suplantasse, ainda que provisoriamente a ação privada, pelo menos em nível discursivo e do controle social. Segundo Simon Schwartzman, se pode resumir as contradições contidas “nas diversas matrizes político-ideológicas” em jogo nas “grandes intenções e projetos” do Ministério da Educação, nos tempos do Ministro Capanema e do projeto de “modernização conservadora” do Estado Novo, da seguinte maneira:

... tempos de arte moderna, educação moral e cívica, criação da Universidade do Brasil, fechamento da Universidade do Distrito Federal, estímulo ao ensino industrial, predomínio da cultura clássica sobre a científica nas escolas, organização nacional da juventude, apoio ao rádio/teatro/educação musical, censura ideológica e abertura de espaço para a participação de artistas e intelectuais no projeto do governo (1984: 68).

Se ideologias diversas e contraditórias estimulavam a ação política de Vargas, assegura o autor acima citado, que a unidade de pensamento naquele momento era dada pela “crença, por quase todos compartilhada, em seu poder de moldar a sociedade a partir da formação de mentes e da abertura de novos espaços de mobilidade social e participação. Conviviam, contudo, lado a lado, “os que defendiam a educação humanista sobre a técnica; o ensino universal contra os que preferiam escolas distintas para cada setor da sociedade, conteúdo ético e religioso contra os que favoreciam ensino agnóstico e leigo, defensores da escola pública e guardiães da iniciativa privada, ênfase na formação de elites e os que priorizavam a educação popular.”

O autor defende ainda que, sob outro ponto, o relativo às conseqüências da ação educacional, todos concordavam: que optar por esta ou aquela forma de organização, controle ou orientação pedagógica significaria levar a sociedade para rumos totalmente distintos de “salvação” ou de “tragédia nacional”. Ele destaca, também, que tanto educadores – escolanovistas, tradicionalistas, publicistas, adeptos do privado e laicos – quanto a Igreja Católica – ensino religioso, privado e filantrópico – e os Militares – queriam intervir no projeto educacional do Estado Novo. Lembra, ainda, que “o contraponto à experiência liberal-democrática dos escolanovistas

eram as experiências totalitárias do fascismo italiano e do nazismo. Para o Estado Novo importava a construção da nacionalidade, um retorno aos ideais de Oliveira Vianna, que preconizava para o Brasil “o sentimento e grandeza, orgulho e superioridade nacional”. O projeto educacional dos estadonovistas tinha como objetivo principal homogeneizar a população – Idioma, Geografia e História, Arte popular e Folclore – entrando, inclusive, em choque com os núcleos estrangeiros de colonização.

É interessante observar como as discussões e debates ideológicos do Estado Novo em torno de um projeto educacional para o Brasil estão presentes, tanto no hiato democrático-populista, quanto no período autoritário seguinte. Por isso, julgo tão necessário fazer constantes ligações entre os tempos capitaneados por Vargas e seus herdeiros populistas, com aqueles da dinastia militar seguinte, para entender o dualismo presente nos projetos diversos de construção da “nação” – autônoma ou subjugada -, da “modernidade” – capitalista nacional, socialista ou associada- e da “educação” – pública ou privada, liberal ou libertadora.

Seria esse dualismo que estaria na base da argumentação teórica do maquiavélico Golbery – o intelectual orgânico da ditadura militar – quando explicava o desdobramento da história política do Brasil moderno pelas famosas “sístoles” e “diástoles” do nosso organismo social?

Interpretando o seu organicismo concluímos que os “fechamentos” e “aberturas” são o retrato da estratégia da burguesia no Brasil para expandir o processo de acumulação capitalista. Fecha-se o regime, sempre que a expansão capitalista se vê ameaçada por projetos distributivistas de riqueza, de educação e de poder. Abre-se o regime, sempre que o crescimento das reivindicações populares torna o controle político oneroso e sem base de apoio econômico ou internacional. Não obstante o alto teor mecanicista da interpretação histórica de Golbery, ela nos dá uma idéia matricial de como o poder, a sua tomada e retomada, tem sido pensados pelas elites empresariais e militares no país.

A MODERNIDADE CONSERVADORA E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: REFORMAS, LEIS E CONTROLE POLÍTICO E IDEOLÓGICO

Sabemos que o projeto de modernidade dos golpistas de 1964 teve bases internacionalistas e anti-sociais. Está claro também que a tal modernização

foi efetivada sob altos custos políticos e sociais, para que o Brasil fosse colocado entre o dez mais ricos países capitalistas do mundo e, paradoxalmente, entre os mais pobres. Qualquer leitor mediano da grande imprensa brasileira já sabe disso. É que, aqui, a riqueza foi concentrada pelo alto, tendo os ideólogos do regime militar antes explicado que só poderia ser efetuada a distribuição depois que o “bolo” crescesse. Essa receita, naturalmente, não guarda nenhuma relação com aquela outra da multiplicação dos pães e, exatamente, por isso, é que foi das hostes cristãs que advieram muitos dos opositores do regime militar. Até hoje, estão eles a denunciar a necessidade de repartição da riqueza.

Contudo, a ‘gloriosa’ de 64 não se explica, historicamente, em si mesma. Para Octávio Ianni, há que se fazer sempre uma interligação de diversas épocas e construções para entendermos os rumos e contornos históricos do Brasil que herdamos e temos, hoje:

O Brasil moderno parece um caleidoscópio de muitas épocas, formas de vida e trabalho, modos de ser e pensar. Mas é possível perceber as heranças do escravismo predominando sobre todas as heranças. As comunidades indígenas, afro-brasileiras e camponesas, estas de base cabocla e imigrante também estão muito presentes no interior da formação social brasileira no século XX. As culturas gaúcha, caipira, mineira, baiana, amazônica e outras parecem lembrar “ciclos” de açúcar, ouro, tabaco, gado, borracha, café e outros. Subsistem e impregnam o modo de ser urbano, burguês, moderno da cultura brasileira, dominante, oficial.

Em síntese, estes são os três processos de envergadura histórica que explicam os contornos e os movimentos da formação histórica do Brasil: o sentido da colonização, o peso do regime de trabalho escravo e a peculiaridade do desenvolvimento desigual e combinado (1994:61).

O esquema analítico de Ianni permite resumir, por outro lado, a lógica do projeto de modernização da ditadura militar instalada em 1964: aberto aos mandos e desmandos do capital externo, apoiado na desvalorização monetária e social do trabalho e promovendo um desenvolvimento industrial desigual e combinado. Muitas análises podem ser daí inferidas, mas vamos nos restringir ao entendimento das relações entre educação e trabalho.

Uma estratégia de desenvolvimento baseada numa política de contenção salarial não representa, certamente, uma preocupação legítima com a questão social e educacional. Mas, se esta afirmativa esclarece a pragmática do referido projeto de modernização pelo alto, não explica a insistência com que os presidentes militares e seus ideólogos publicavam um desvelado interesse pelas demandas sociais e políticas da sociedade. Posso, despretensiosamente, me aventurar em busca de algumas respostas para essa questão.

O golpe militar sustou um processo político mas não conseguiu barrar uma série de demandas sociais que continuavam a existir efetivamente e tendiam a crescer com o passar do tempo. De uma forma muito sintética, podemos citar, com a ajuda de Germano (1994) um conjunto de medidas e programas do regime militar que revelavam uma preocupação em responder às demandas sociais, ainda que de forma caricatural.

Exemplificando, encontramos que, à demanda por reforma agrária, o regime militar respondeu com o Estatuto da Terra; à demanda educacional correspondeu a Reforma Universitária e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira; às expectativas geradas pelas campanhas de alfabetização em massa do governo anterior, o regime respondeu com o MOBRAL; aos anseios políticos de participação da juventude universitária nos rumos políticos do Brasil, o regime respondeu com a criação do Projeto RONDON – que objetivava enfraquecer o movimento estudantil e canalizar a ânsia por participação política dos estudantes para projetos ufanistas e assistencialistas sob o controle do Estado; aos inquietos professores das Universidades foi oferecido um programa de capacitação, através da oferta de bolsas de estudo, em especial, na matriz americana do projeto modernizante; aos anseios sindicais, correspondeu a intervenção assistencialista e o FGTS; à vida parlamentar, ofereceu uma estrutura bipartidária, onde cabia até uma dinâmica oposicionista, aos famintos retirantes da seca de 1970, concebeu o projeto da Transamazônica; para levantar a moral ultrajada dos trabalhadores subassalariados e desempregados, explorou, ideologicamente, a vitória do Brasil na Copa Mundial de Futebol, também, em 1970.

Está claro que as referidas demandas foram respondidas em conformidade com o ideário do novo regime. Mas, é interessante observar que ele não conseguiu ficar indiferente ao peso de tais demandas efe-

tivas e teve, por isso, de estabelecer um “diálogo silencioso” com elas, buscando, inclusive, uma certa “legitimidade”, uma fachada de participação e eficiência como gestor da coisa pública. Naturalmente, as demandas dos opositores do regime eram respondidas com o arbítrio, a tortura, o assassinato, o exílio, as aposentadorias e afastamentos forçados, enfim, com a força e o terror.

Os militares, contudo, compreendiam muito bem os ensinamentos da ‘teoria de sistemas’, que aprenderam junto a ideólogos e escolas militares norte-americanas, a qual pode ser assim resumida: a cada demanda da sociedade, o sistema deve providenciar uma resposta, com o objetivo supremo de manter a “estabilidade” do regime. Por isso, suas respostas eram concebidas de forma cautelosa para não inviabilizar o projeto central de modernização capitalista intensiva, com base na injeção de capital e tecnologia externa, na contenção salarial, no controle social de sindicatos, trabalhadores e eventuais movimentos sociais e culturais.

No que diz respeito à política educacional, o regime também respondeu de modo simulador, como se estivesse disposto a atender aos reclamos populistas herdados da era de Vargas. Sobre isso, mais uma vez nos esclarece Germano :

Antes de tudo, importa pôr em destaque que, no período áureo do Regime, o Estado, numa “manobra pelo alto”, concebeu e começou a empreender uma reforma do Ensino Superior (1968) e, pouco depois, a reforma do Ensino Primário e Médio (1971). Entendemos tais reformas como fragmentos de uma “revolução passiva”, pois além, de não contar com a participação da sociedade civil, visavam ainda, como salienta Evaldo Vieira (1984) desmobilizar “eventuais movimentos neste campo”. Por outro lado, elas tinham também a pretensão de atender a uma demanda efetiva e a uma carência real de segmentos da sociedade excluída dos privilégios concedidos pelo “centro do poder”. Em decorrência, o regime político excludente define um dos seus projetos de equalização social, produz um discurso de valorização da educação e transforma a política educacional numa estratégia de hegemonia, num veículo para a obtenção de consenso. Mas isso não ocorre sem contradições, sem problemas, sem os limites impostos pela realidade e pela

correlação de forças sociais que se defrontam em defesa de seus interesses, numa palavra, sem luta (1994:104).

Se a educação do povo e da sociedade significou, no interior dessa estratégia de dominação e hegemonia, um mero discurso e promessa não cumprida, entendemos porque, ao lado das demandas por reforma agrária, saúde e emprego, a educação pública continua sendo uma arena onde se digladiam propostas eleitoreiras. Tanto que, depois de soterrado o regime militar, mais de trinta anos depois do fatídico 31 de março, quando um de seus “exilados” vira presidente e se mostra herdeiro da ideologia de modernização do regime, o direito à escola, no Brasil, mesmo sendo alvo de promessas de reforma e investimento governamental, ainda é uma bandeira de luta de milhões de brasileiros “sem-educação formal” e, no Ceará, sempre ainda, objeto de ‘campanhas’ emergenciais de alfabetização e civilidade.

Pelo menos, é o que nos mostra a manchete do jornal fortalezense *O POVO*, de 08 de maio de 1998, com a qual fechamos o presente artigo e deixamos o leitor a pensar sobre a enorme capacidade “ilusionista” de nossos governantes, grandes mestres e doutores na arte de conciliar propósitos arrojados de modernização com a perpetuação da sede e da fome de milhões por terra, água, pão e escola.

ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA DEVE BENEFICIAR 20 MIL AGRICULTORES

A primeira-dama Ruth Cardoso e o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, lançaram ontem em Fortaleza a versão para a seca do programa “Alfabetização Solidária”. O objetivo é minimizar os efeitos da estiagem. No entanto, os efeitos práticos da novidade só poderão ser vistos a partir de julho.

Apesar do lançamento oficial ter acontecido ontem em Fortaleza e em Caridade, a 94 quilômetros da Capital, o programa “Alfabetização Solidária- Ação Emergencial” só começará a representar algo de tangível para as milhares de famílias que passam fome no Interior do Ceará a partir de 1º de julho. Vinte mil pessoas em 80 municípios serão cadastradas para

a alfabetização e devem receber uma bolsa-escola de meio salário-mínimo (R\$65,00), o que garantirá a alimentação da família durante a estiagem. No entanto, a ajuda é de apenas seis meses, tempo necessário à alfabetização...

A ação emergencial prometida ainda está sendo desenvolvida. Os monitores para os 80 municípios cearenses que serão atendidos não foram sequer treinados. Os futuros professores sairão da própria comunidade e devem ter alguma ligação com o magistério ou estudar no mínimo a 8ª série. Sobre os alunos, sabe-se que terão prioridade de atendimento jovens de 12 a 18 anos...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GERMANO, José Wellington. *Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: Cortez, 1994;
- IANNI, Octávio. *A Idéia de Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1994;
- SCHWARTZMANN, Simon e outros. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Edusp, 1984;
- JORNAL O POVO, Fortaleza, Edições dos dias: 04/01/1963; 07/11/1963; 19/02/1963; 01/03/1963; /03/1963; 07/03/1963; 11/03/1963; 13/03/1963; 08.05.1998.